

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

Forma da iniciativa:	Projeto de Lei
Nº da iniciativa/LEG/sessão:	<u>1066/XIII/4.^a</u>
Proponente/s:	Dezoito Deputados do Grupo Parlamentar do CDS – Partido Popular
Título:	“Lei de Bases da Saúde”
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado?	NÃO
O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?	SIM
Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art.º 142.º do Regimento e n.º 2 do art.º 229.º da Constituição)?	Não parece justificar-se
A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)?	Solicita arrastamento com a Proposta de Lei n.º 171/XIII/4. ^a (GOV) e o Projeto de Lei n.º 1029/XIII/4. ^a (BE), agendados para dia 23 de janeiro.
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Comissão de Saúde (9.^a)
Observações: A Base XLVI refere as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.	
Conclusão: A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Data: 8 de janeiro de 2019

O assessor parlamentar, Rafael Silva (ext 11703)